MUNICÍPIO DE
Coronel Freitas

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, SC
Endereço: Av. Santa Catarina, 1022, Centro
CEP: 89.840-000
Telefone: (49) 3347-3400

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, SC, 2018

Volume VII - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2018.

CONSOLIDADO.

MUNICÍPIO DE
Coronel Freitas

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, SC
Endereço: Av. Santa Catarina, 1022, Centro
CEP: 89.840-000
Telefone: (49) 3347-3400

Este documento é dos Coronelfreitenses

A Notas Explicativas não são só uma obrigação legal ou uma formalidade. É por meio deste documento que o Governo Municipal presta contas aos cidadãos coronelfreitenses.

APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 - Natureza Jurídica da Entidade;
1.2 - Domicílio da Entidade;
1.3 - Natureza das operações e principais atividades da entidade;
1.4 - Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.

2 - RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1 - Bases de mensuração utilizadas;
2.2 - Novas normas e políticas contábeis alteradas;
2.3 - Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.

3 - INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS

4 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1 - Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos;
4.2 - Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas
4.3 - Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro
4.4 - Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO 2018

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 - NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1.1 - Previsão da receita versus arrecadação;
1.2 - Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias;
1.3 - Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários;
1.4 - Detalhamento da execução das despesas;
1.5 - Análise da execução da despesa;
1.6 - Avaliação do estoque de restos a pagar processados e não processados.

2 - NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

2.1 - Caixa e equivalente de caixa;
2.2 - Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo;
2.3 - Investimentos RPPS;
2.4 - Imobilizado;
2.5 - Intangível;
2.6 - Fornecedores;
2.7 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo;
2.8 - Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo;
2.9 - Demais elementos patrimoniais.

3 - NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
3.1 - Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado;
3.2 - Baixas de investimento;
3.3 - Constituição ou reversão de provisões;
3.4 - Demais variações, quando relevantes;
3.4.1 - Variações Aumentativas;
3.4.2 - Variações Diminutivas.

4 - NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO
4.1 - Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas ;
4.2 - Retenções tributárias;
4.3 - Restos a pagar processados e não processados.

5 - NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

6 - NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
6.1 - Capital/Patrimônio Social;
6.2 - Resultados Acumulados;
6.3 - Ajustes dos exercícios anteriores;
6.4 - Ajustes de avaliação patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

MUNICÍPIO DE
Coronel Freitas

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, SC
Endereço: Av. Santa Catarina, 1022, Centro
CEP: 89.840-000
Telefone: (49) 3347-3400

APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Em 2018 o Município de Coronel Freitas completou 58 anos de emancipação.

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Prefeito(a): Izeu Jonas Tozetto
Microrregião: Microrregião do Oeste de Santa Catarina
Aniversário: 06/10
Habitantes: 10.130
Eleitores: 8.032
PIB: 240.098.000,00

1.1 - Natureza Jurídica da Entidade

O Município de Coronel Freitas, SC, é pessoa jurídica de direito público, CNPJ 83.021.824/0001-75, com natureza jurídica 124-4 Município, na forma de Ente Federativo. O município iniciou suas atividades em 06 de outubro de 1961.

1.2 - Domicílio da Entidade

Tem sua sede em prédio próprio no endereço Avenida Santa Catarina, 1022, Centro,Coronel Freitas, CEP. 89.840-000, Estado de Santa Catarina.

1.3 - Natureza das operações e principais atividades da entidade

A atividade econômica principal é Administração Pública em Geral, CNAE 84.11-6-00, Natureza Jurídica 124-4

Fazem parte da sua estrutura Organizacional as Secretarias:

- Secretaria Municipal de Administração e Finanças

- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
- Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
- Secretaria Municipal de Assistência Social
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
- Secretaria Municipal de Saúde
- Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores

1.4 - Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

DECLARAÇÃO PLENA

Com base na análise dos Demonstrativos Contábeis, DECLARO que os mesmos REFLETEM ADEQUADAMENTE a situação ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA e PATRIMONIAL.

- Não há Restrições de ordem Contábeis do exercício de 2018, considerando o GRAU DE RELEVÂNCIA e a MATERIALIDADE dos valores envolvidos;
- As Notas Explicativas acompanham as Demonstrações Contábeis e foram elaboradas buscando atender a legislação vigente;
- Todos os registros foram realizados com base em documentação de suporte ou na medida em que foram encaminhadas ao setor contábil e ou tomada o devido conhecimento por este.

2 - RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1 - Bases de mensuração utilizadas

ATIVOS

Ativo

Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. O Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional.

Direitos, créditos e valores a longo prazo

Os direitos, os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito prefixadas são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou valor de mercado, entre esses o menor. O custo de estoques abrange todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros, referente ao processo de produção. Nos casos em que o estoque for distribuído gratuitamente, os estoques são valorados a custo. O município de Coronel Freitas, SC,não possui estoques de animais e de produtos agrícolas e extrativos.

Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. O município de Coronel Freitas, SC, possui ativo imobilizado com vida útil econômica limitada, e por isso se sujeita ao cálculo da depreciação.

Ativos obtidos a títulos gratuito devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

Por meio do Decreto nº 7.904 de 06 de setembro de 2017, foi criada comissão permanente de servidores, responsáveis pela atualização do patrimônio, bens móveis e imóveis, denominada, comissão para realizar os procedimentos contábeis patrimonial do município de Coronel Freitas, SC.

Reconhecimento dos ativos

Em atendimento ao princípio da Oportunidade, as transações foram reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem e os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, foram efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência. Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma. Para reconhecimento dos bens como ativos, ou baixa dos mesmos, foram consideradas necessárias às características de ser resultado de um evento passado, gerar benefício presente ou futuro, inerente a prestação de serviço público ou a exploração econômica, e, ser controlado.

Mensuração

Consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e

apresentados nas demonstrações contábeis. Normalmente, o valor contábil abaixo do valor de mercado se deve a perda do poder aquisitivo da moeda desde a data da aquisição dos bens. Por sua vez, o valor contábil acima do valor de mercado, se deve ao não cálculo da depreciação, mantendo o ativo, sempre o valor original e não seu valor histórico. Em atendimento à orientação prevista nas normas, principalmente aos princípios do valor original e da continuidade, relativos ao assunto, o município de Coronel Freitas, SC, adotou, para fins de ajuste inicial, o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens que apresentavam valor contábil substancialmente superior ao seu valor justo, com base em pesquisa de mercado, considerando ainda a sua data de aquisição. A pesquisa de mercado encontra-se em poder do setor de patrimônio.

Depreciação

Vale destacar que a administração pública municipal não praticava até o exercício de 2015 procedimentos para preservar o valor original adequado dos ativos, fazendo com que estes permanecessem com valores históricos, não configurando uma base monetária inicial confiável para a aplicação dos procedimentos de depreciação.

Somente após mensuração do valor dos ativos, para fins de ajuste inicial, pelo critério do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens, o Município de Coronel Freitas, SC, adotou o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado.

Redução do valor recuperável (impairment)

O município de Coronel Freitas, SC adota as tratativas das NBCASP, e manterá o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.
Redução a valor recuperável é o ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil. É o reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, adicional e acima do reconhecimento

sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetua normalmente.

Intangível

O município de Coronel Freitas, SC, não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

PASSIVOS

Passivo

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Obrigações

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As obrigações são ajustadas considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de reconhecimento para os passivos, no caso dos processos judiciais. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. Férias são passivos derivados de apropriações por competência, decorrentes de serviços recebidos, mas que não tenham sido pagos. As informações relativas a férias e décimo terceiro salário, são recebidas do Departamento de Recursos Humanos.

Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais fazem parte do passivo e possuem eventos de contabilização definidos pelo TCE/SC. As despesas do exercício devem ser empenhadas em dotação própria, como conseqüência do tratamento orçamentário dado ao recurso, também deve ser reconhecida a obrigação do Município pelo levantamento do depósito antes do trânsito em julgado. O registro patrimonial deve ser feito no grupo de “Demais Obrigações a Longo Prazo”. A STN ainda não disciplinou, no âmbito dos seus grupos técnicos, o tratamento contábil a ser dado aos depósitos judiciais levantados antecipadamente.

Custos dos Empréstimos

Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos foram aplicados. O Município não tem empréstimos contratados em 2018. Observa-se que

18,97% é referente a empréstimos e financiamentos a longo prazo, referentes a empréstimos habitacionais. 35,68% dos créditos em longo prazo referem-se a dívida ativa tributária, e 27,48% a dívida ativa não tributária. As perdas representam 17,87% do total de créditos. O cálculo da perda da dívida ativa foi realizado tomando por base, relatórios do departamento jurídico do município, responsável pelo controle das execuções fiscais.

Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

O Município adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência definido pelas NBCASP.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Quando o valor do Passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Neste caso, a expressão Patrimônio Líquido deve ser substituída por Passivo a Descoberto.

Ajustes de exercícios anteriores

No grupo do patrimônio líquido, a conta Ajustes de Exercício Anteriores é utilizada apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas

orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

DEFINIÇÕES GERAIS

Registro da Receita Orçamentária

A política contábil do Município de Coronel Freitas, SC, é o registro centralizado da receita orçamentária pelo princípio do caixa único.O regime contábil para o registro da receita é o regime de caixa.

Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extra-orçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

Renúncia de Receita

Os valores da renúncia de receita apurados pela área tributária são informados à contabilidade e reconhecidos como dedução da variação patrimonial aumentativa. Os valores só são reconhecidos pela contabilidade quando forem passíveis de ser mensurados com segurança.

2.2 - Novas normas e políticas contábeis alteradas

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou em outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual. A regra é a primeira da área convergida às internacionalmente aceitas e vai nortear toda a contabilidade pública. Um dos principais pontos da norma é a definição da sociedade como usuária principal da informação contábil, o que facilitará a transparência e o controle social.O Município de Coronel Freitas, SC, atende as exigências das NBCASPs vigentes, e busca acompanhar as novidades das novas normas e políticas contábeis previstas. O objetivo da Municipalidade é evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento, atendendo as Normas e a legislação vigente.

2.3 - Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis

Na preparação das demonstrações contábeis, o Município de Coronel Freitas, SC, fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foi realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição. Os bens de infra-estrutura vêm sendo reconhecidos conforme estão sendo realizados.

b) no ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa e créditos a receber, foi utilizada a média de recebimento dos últimos três anos em relação a inscrição, o que demonstrará o comportamento da dívida ativa.

c) na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, está definida no Manual de controle físico e contábil do patrimônio do Município de, SC. A tabela foi elaborada conforme vida útil estimada para cada classe de bens, de acordo com a realidade de uso e conservação dos bens do Município.

d) as provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível. A análise é realizada pelo setor jurídico do Município.

3 - INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS

ATIVOS

a) Caixa e equivalentes de caixa

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.1.1.1.1.19.xx	Banco conta movimento e vinculada	425.779,11
1.1.1.1.1.50.xx	Aplicações financeiras de liquidez imediata	8.170.767,35

Total	**8.596.546,46**

b) Direitos, créditos e valores a curto prazo

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.1.2.1.1.xx	Créditos tributários a receber	1.230.237,86
1.1.2.3.4	Créditos de transferências a receber INTER OFSS	749.964,83
1.1.3.1.1.xx	Adiantamentos Concedidos	92.920,42
1.1.3.8.1	Outros créditos a receber a curto prazo	12.725.975,93
1.1.5.8.1	Outros estoques	310.503,89
1.1.9.xx	Variações patrimoniais pagas antecipadamente	43.102,43
Total		**15.152.705,36**

Os créditos tributários (receita lançada) a receber registraram valores durante o exercício de 2018, relativos a tributos dos quais o fato gerador já ocorreu, e tem fundamento legal em lei municipal, e estão com saldos zerados em 31 de dezembro de 2018.

O Município possui créditos não tributários a receber relativo a empréstimo referente programa habitacional.

O valor relativo a convênios assinados com entidades federais em 31 de dezembro é de R$ 12.725.975,93.

O município controla e reconhece as despesas pagas antecipadamente com seguros e assinaturas, atendendo as exigências das NBCASP.

A partir de 2018, o Município manteve a dívida ativa registrada apenas em longo prazo:

c) Estoques

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.1.5.8.1.xx	Outros estoques	310.503,89
Total		**310.503,89**

O saldo de estoque em almoxarifado refere-se a medicamentos

d) Direitos, créditos e valores a longo prazo

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.2.1.1.1.04.xx	Dívida ativa Tributária	2.777.605,11
1.2.1.1.1.05.xx	Dívida ativa não tributária	3.553.882,68
1.2.1.1.1.99.xx	Ajustes de perdas de créditos	-368.854,29
Total		**5.962.633,50**

Observa-se que 41,45% dos créditos em longo prazo referem-se a dívida ativa tributária, e 53,04% a dívida ativa não tributária. As perdas representam 5,51% do total de créditos. O cálculo da perda da dívida ativa foi realizado tomando por base, relatórios do departamento jurídico do município, responsável pelo controle das execuções fiscais.

e) Imobilizado

Somente após mensuração do valor dos ativos, para fins de ajuste inicial, pelo critério do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens, o Município, adotou o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado. Segue tabela de depreciação do Município, SC, válida a partir do exercício de 2015:

MASCARA	DESCRIÇÃO	VIDA UTIL	VALOR RESI-DUAL
1.2.3.1.1.01.00	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas		
1.2.3.1.1.01.01	Aparelhos de medição e orientação	10	5
1.2.3.1.1.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	5	5
1.2.3.1.1.01.03	Apar., equip. Utens. Médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	10	5
1.2.3.1.1.01.04	Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	8	2
1.2.3.1.1.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	5
1.2.3.1.1.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	15	20
1.2.3.1.1.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10	20
1.2.3.1.1.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	10	10
1.2.3.1.1.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	20
1.2.3.1.1.01.10	Equipamentos de montaria	10	5
1.2.3.1.1.01.12	Equipamentos, peças e acessórios para automóveis	8	5
1.2.3.1.1.01.16	Equipamentos de mergulho e salvamento	5	5
1.2.3.1.1.01.18	Equipamentos de proteção e vigilância ambiental	10	10
1.2.3.1.1.01.19	Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários	10	20
1.2.3.1.1.01.20	Máquinas, equipamentos e utensílios rodoviários	20	30
1.2.3.1.1.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10
1.2.3.1.1.01.99	Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	10	10
1.2.3.1.1.02.00	Bens de informática		
1.2.3.1.1.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5	5
1.2.3.1.1.02.02	Equipamentos de tecnologia da informação	5	5
1.2.3.1.1.02.03	Sistemas aplicativos - softwares	5	5
1.2.3.1.1.03.00	Móveis e utensílios		
1.2.3.1.1.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	8	5
1.2.3.1.1.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	10	5
1.2.3.1.1.03.03	Mobiliário em geral	10	10

1.2.3.1.1.03.04	Utensílios em geral	10	10
1.2.3.1.1.04.00	Materiais culturais, educacionais e de comunicação		
1.2.3.1.1.04.01	Bandeiras, flâmulas e insígnias	5	5
1.2.3.1.1.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	5	5
1.2.3.1.1.04.03	Discotecas e filmotecas	5	5
1.2.3.1.1.04.04	Instrumentos musicais e artísticos	10	5
1.2.3.1.1.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	5	5
1.2.3.1.1.04.06	Obras de arte e peças para exposição	0	100
1.2.3.1.1.04.99	Outros materiais culturais, educacionais e de comunicação	10	10
1.2.3.1.1.05.00	Veículos		
1.2.3.1.1.05.01	Veículos em geral	8	20
1.2.3.1.1.08.00	Bens móveis em almoxarifado		
1.2.3.1.1.08.05	Bens móveis inservíveis	0	5
1.2.3.2.0.00.00	Bens imóveis		
1.2.3.2.1.00.00	Bens imóveis - consolidação		
1.2.3.2.1.01.00	Bens de uso especial		
1.2.3.2.1.01.03	Edifícios	35	50

f) Valor econômico do patrimônio

Apresenta-se o valor econômico do patrimônio do Município, atualizado por classe de bens, em 31 de dezembro de 2018:

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2018
123110101	Aparelhos de medição e orientação	8.450,33
123110102	Aparelhos e equipamentos de comunicação	21.825,16
123110103	Aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos	130.667,79
123110104	Aparelhos e equipamentos para esporte e diversão	179.349,32
123110105	Equipamentos de proteção, segurança e socorro	416,00
123110106	Máquinas e Equipamentos Industriais	10.185,20
123110107	Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.829,00
123110109	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	8.954,42
123110112	Equipamentos, Peças e Acessórios Para Automóveis	1.434,00
123110119	Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários	899.860,03
123110120	Máquinas, equipamentos e utensílios rodoviários	2.318.478,00
123110121	Equipamentos hidraúlicos e elétricos	14.048,72
123110199	Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	494.505,67
123110201	Equipamentos de processamentos de dados	66.927,00
123110202	Equipamentos de tecnologia da informação	314.044,83
123110301	Aparelhos e utensílios domésticos	81.123,46
123110302	Máquinas e utensílios de escritório	30.324,22

123110303	Mobiliário em geral	760.108,84
123110304	Utensílios em geral	198.233,73
123110402	Coleções e Materiais Bibliográficos	12.364,50
123110404	Instrumentos musicais e artisticos	10.676,00
123110405	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	106.017,33
123110499	Outros materiais culturais, educacionais e de comunicação	6.409,49
123110501	Veículos em geral	1.824.087,12
123110503	Veículos de tração mecânica	1.112.851,00
123119999	Outros Bens Moveis	6.000,00
123210103	Edificios	10.953.926,81
123210104	Terrenos/glebas	38.089.524,84
123210120	Cemitérios	2.500,00
123210501	Ruas	672.392,61
123210502	Praças	9.618,00
123210504	Pontes	899.751,27
123210506	Sistemas de esgoto e/ou de abastecimento de água	20.634,99
123210507	Sistema de Abastecimento de Energia	41.906,10
123210599	Outros Bens de Uso Comum do Povo	11.100,00
123210601	Obras em andamento	18.496.329,47
1232107xx	Instalações	6.240,00
123810101	(-) Depreciação acumulada maq. Aparelhos e equip.	874.678,49
123810102	(-) Depreciação acumulada bens de informática	256.252,26
123810103	(-) Depreciação acumulada de móveis e utensílios	456.085,52
123810104	(-) Depreciação acumulada de materiais cult. Educac.	73.466,12
123810105	(-) Depreciação acumulada de veículos.	930.002,83
123810199	(-) Depreciação acumulada de demais bens móveis	378,47
123810299	(-) Depreciação acumulada de bens de Uso Especial	825.835,10
Total		**74.406.396,46**

PASSIVOS

a) Obrigações

Saldo das obrigações para 2018:

Passivo Circulante		
2.1.1.1.1.01.03	Férias	1.288.077,66
2.1.1.4.3.01.01	INSS - Contribuição sobre salários e Remunerações	5.971,21
2.1.3.1.1.01.01	Fornecedores não financiados a pagar	250,00
2.1.7.9	Outras provisões a curto prazo	546.144,47

2.1.8.8.1.01	Consignações	330,00
2.1.8.8.1.04	Depósitos Judiciais	3.847,40
2.1.8.9.1	Outras Obrigações a curto prazo	816.957,71
Total		**2.661.578,45**

O passivo de férias e INSS é reconhecido por competência, não passando pelos estágios orçamentários e financeiros até o momento. Os tributos referem-se ao PASEP a recolher, competência dezembro de 2018 com vencimento em janeiro de 2019.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

a) Variações Patrimoniais Diminutivas

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR	%
3.1.1	Remuneração a pessoal	13.372.296,24	28,40
3.1.2	Encargos patronais	2.598.134,45	5,52
3.2.1	Aposentadoria e Reformas	772.831,99	1,64
3.2.2	Pensões	82.631,28	0,18
3.2.3	Benefícios de Prestação continuada	13.292,00	0,03
3.2.9	Outros Benefícios Previdenciários Assistenciais	393.767,03	0,84
3.3.1	Uso de material de consumo	4.221.561,97	8,97
3.3.2	Serviços	9.130.136,21	19,39
3.3.3	Depreciação	804.404,30	1,71
3.4.2	Juros e encargos de mora	250,00	0,00
3.5.1	Transferências intragovernamentais	6.880.137,03	14,61
3.5.2	Transferências inter governamentais	4.472.071,12	9,50
3.5.3	Transferências a instituições privadas	317.387,03	0,67
3.5.5	Transferências a consórcios públicos	116.576,40	0,25
3.5.7	Execução orçamentária delegada	27.665,22	0,06
3.6.5	Desincorporação de ativos	3.394.268,77	7,21
3.7.1	Impostos, Taxas Contribuições de Melhoria	17.017,32	0,04
3.7.2	Contribuições	315.931,94	0,67
3.9.9	Outras variações patrimoniais diminutivas	148.621,46	0,32
Total		**47.078.981,76**	100,00

O gasto com pessoal representa 33,92% das variações patrimoniais diminutivas, referentes encargos patronais e remuneração de pessoal. Os serviços por sua vez representam 19,39% do total das variações diminutivas, seguida pela VPD de transferências intra-governamentais 14,61% e transferências intergovernamentais 9,50%, que se refere a transferência de recursos ao Fundo Estadual do FUNDEB.

As variações patrimoniais diminutivas representam o esforço do Município na prestação de serviços à população, bem como aquisição de produtos e execução de programas, buscando atender o objetivo da administração pública em melhorar a qualidade de vida das pessoas e garantir os serviços essenciais.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

a) Variações Patrimoniais Aumentativas

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR	%
4.1.1	Impostos	3.910.709,83	7,66
4.1.2	Taxas	1.698.968,01	3,33
4.2.1	Contribuições Sociais	943.265,70	1,85
4.2.2	Contribuições de intervenção no domínio econômico	6.703,56	0,01
4.2.3	Contribuição de Iluminação Pública	323.139,34	0,63
4.3.3	Exploração de bens e direitos e prestação	60.528,29	0,12
4.4.2	Juros e encargos de mora	105.289,72	0,21
4.4.5	Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras	380.948,99	0,75
4.5.1	Transferências intra-governamentais	6.880.137,03	13,47
4.5.2	Transferências inter governamentais	30.366.077,11	59,47
4.6.4	Ganhos com desincorporação de Passivos	836,37	0,00
4.9.7	Reversão de provisões e ajustes de perdas	92,88	0,00
4.9.9	Diversas variações patrimoniais aumentativas	6.386.231,34	12,51
Total		**51.062.928,17**	**100,00**

Nota-se que as transferências inter governamentais representam o maior valor entre as VPAs, representando 59,47%, o que torna a entidade refém do Governo Estadual e Federal.

4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1 - Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

O município não possui passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.

4.2 - Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

4.3 - Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

4.4 - Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro

Não foram realizados em 2018 ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO 2018

Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP. São consideradas parte integrante das demonstrações.

Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas.

Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis consolidadas deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos no sistema informatizado do Município incluem os dados do Poder Executivo e Legislativo.

São compostas pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial, e também pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº

02, de 22 de dezembro de 2016, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.Desde a adoção do novo PCASP, em 2015, foi realizado grande esforço da equipe técnica, para implantação de controles e procedimentos contábeis, entre eles, estão: o reconhecimento pelo regime de competência dos créditos tributários a receber; a reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis); registro contábil da depreciação; apropriação de despesas pagas antecipadamente; o cálculo da perda da dívida ativa; e o controle de estoque.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas Notas Explicativas estão incluídos os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Nas páginas a seguir você é convidado a acompanhar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial por meio da análise dos Demonstrativos Contábeis do exercício de 2018 e das Notas Explicativas relacionadas.

Sempre que possível, as informações apresentadas nesta prestação de contas são descritas em linguagem clara e acessível, de maneira que todos possam compreender como foram utilizados os recursos públicos no período. O objetivo principal dessa ação não é o de somente cumprir uma obrigação legal, mas o de oportunizar e ampliar os canais de comunicação entre a população e o Governo Municipal, transformando dados complexos em informações compreensíveis. Desse modo, queremos dinamizar o controle social para propiciar que a sociedade esteja mais ciente das ações do Governo Municipal.

A missão cabe ao Setor de Contabilidade do Município, responsável por organizar e consolidar os dados contábeis, oriundos do sistema informatizado de contabilidade e dos atos de gestão do Governo Municipal.

A contabilidade atua como o interlocutor entre o poder público e a sociedade. Assim, transforma os dados em informações úteis tanto para a tomada de decisões dos gestores públicos como para os cidadãos, de tal maneira que estes possam acompanhar a arrecadação e as despesas do Governo.

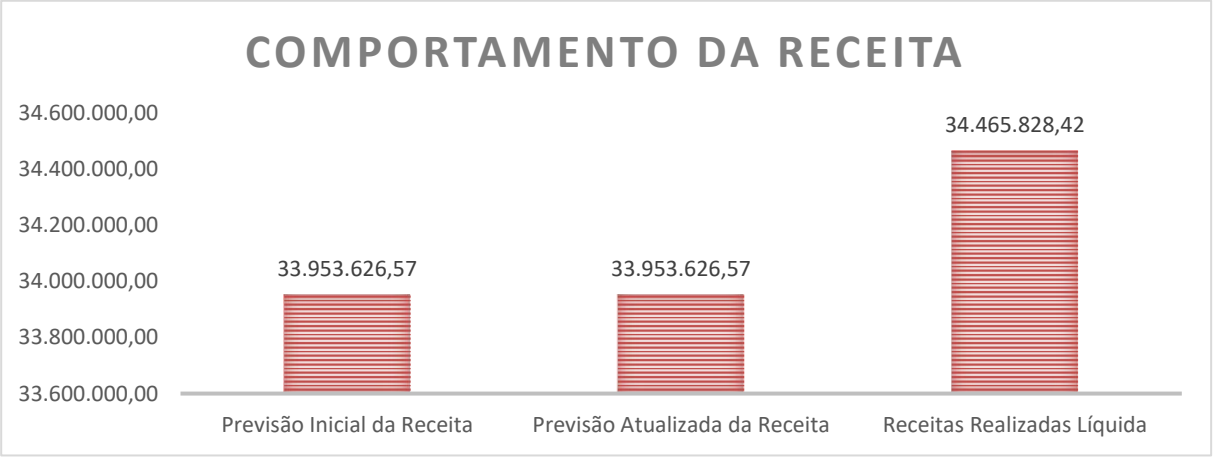
Esse papel se revela fundamental para a promoção da cidadania plena. Acreditamos que ela só será atingida quando gestores e administrados tiverem posições simétricas relativas às informações advindas do setor público.Em outras palavras, quando um número deixar de ser somente um número e fornecer uma perspectiva de análise e julgamento da ação governamental.

Seguindo o propósito de aperfeiçoamento contínuo e de maior transparência e qualidade na prestação de contas do Governo Municipal, o Setor de Contabilidade não tem medido esforços a fim de aderir às boas práticas de transparência contábil, atendendo os preceitos da Lei Federal Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, disponibilizando informações na página do sitio oficial do Município.

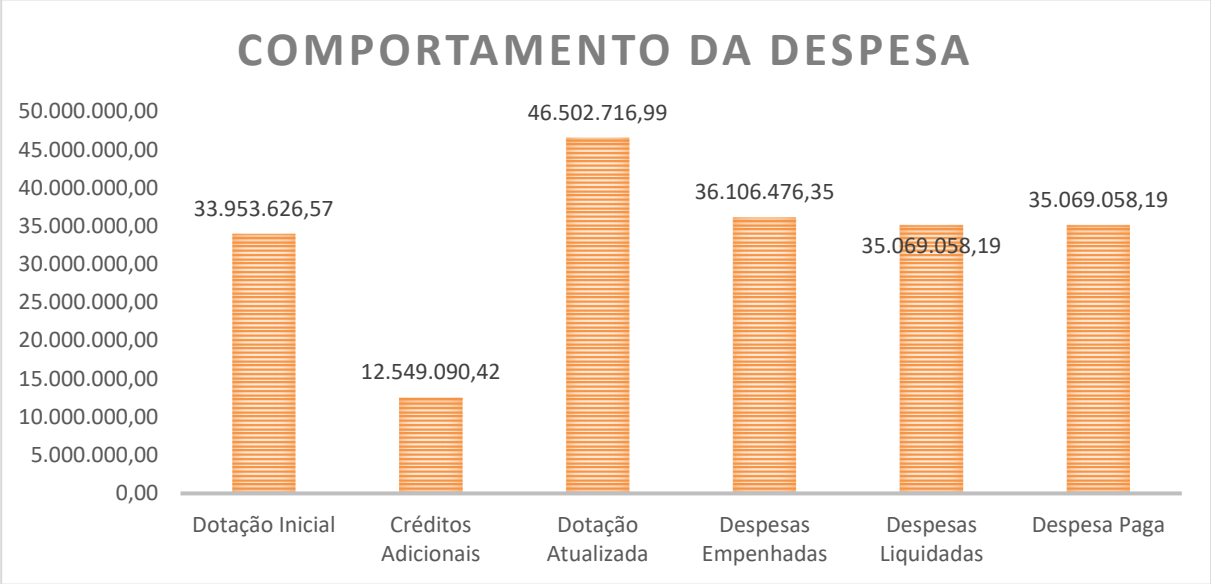
1 - NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.A execução do orçamento da Entidade Município de Coronel Freitasem 2018, apresentou os seguintes resultados:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	2018
RECEITAS	**Valor**
Previsão Inicial da Receita	33.953.626,57
Previsão Atualizada da Receita	33.953.626,57
Receitas Realizadas Líquida	34.465.828,42
Déficit Orçamentário	**1.640.647,93**
DESPESAS	**Valor**
Dotação Inicial	33.953.626,57
Créditos Adicionais	12.549.090,42
Dotação Atualizada	46.502.716,99
Despesas Empenhadas	36.106.476,35
Despesas Liquidadas	35.069.058,19
Despesa Paga	35.069.058,19
Superávit Orçamentário	**0,00**



Fonte: Comportamento da Receita



Fonte: Comportamento da Despesa

1.1 - Previsão da receita versus arrecadação

RECEITA	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	**31.398.176,57**	**31.453.424,89**	**55.248,32**
Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	4.018.000,00	3.848.279,06	-169.720,94
Contribuições	1.095.000,00	1.266.681,98	171.681,98
Patrimonial	490.450,00	445.200,56	-45.249,44
Serviços	14.500,00	48.589,07	34.089,07
Transferências correntes	25.642.226,57	25.746.215,99	103.989,42
Outras receitas correntes	138.000,00	98.458,23	-39.541,77
RECEITAS DE CAPITAL	**2.555.450,00**	**3.012.403,53**	**456.953,53**
Alienação de bens	80.000,00	0,00	-80.000,00
Transferência de capital	2.475.450,00	3.012.403,53	536.953,53
TOTAL	**33.953.626,57**	**34.465.828,42**	**512.201,85**

Fonte: Receita prevista x Arrecadada

Em análise ao Balanço Orçamentário, pode-se observar que as receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria, patrimonial, outras receitas correntes e alienação de bens tiveram insuficiência de arrecadação no montante de R$ -334.512,15. Já as receitas de contribuição, serviços, transferências correntes e transferência de capital obtiveram excesso de arrecadação no montante de R$ 846.714,00.

1.2 - Detalhamento das receitas e despesas intra-orçamentárias

Não houve receitas e despesas intra-orçamentária, apenas transferências intra-orçamentárias:

Entidade concedente	Entidade recebedora	Valor
Prefeitura	Fundo Municipal de Saúde	5.627.750,49
Prefeitura	Câmara	1.155.000,00

Câmara	Prefeitura	96.267,14

1.3 - Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários

Foram utilizados R$ 7.300.474,40 em recursos de superávit financeiro para abertura de créditos adicionais no exercício de 2018.

Foram utilizados R$ 5.248.616,02 em recursos de excesso de arrecadação para abertura de créditos adicionais no exercício de 2018.

Não foram reabertos créditos adicionais no exercício.

1.4 - Detalhamento da execução das despesas – análise da dotação inicial versus dotação atualizada

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA
DESPESAS CORRENTES	**29.956.946,64**	**34.192.203,10**
Pessoal e encargos sociais	16.287.860,27	16.600.969,42
Juros e encargos da dívida	500,00	500,00
Outras despesas correntes	13.668.586,37	17.590.733,68
DESPESAS DE CAPITAL	**3.946.679,93**	**12.260.513,89**
Investimento	3.946.179,93	12.260,013,89
Amortização da dívida	500,00	500,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**50.000,00**	**50.000,00**
TOTAL	**33.953.626,57**	**46.502.716,99**

Fonte: Dotação inicial x Dotação atualizada

Durante o exercício de 2018, o Município de Coronel Freitas, SC, criou e abriu créditos adicionais especiais e créditos adicionais suplementares, buscando realizar as alterações orçamentárias necessárias para atender a demanda dos serviços e obras públicas, ainda de acordo com o ingresso de recursos financeiros.

Todos os atos, Decretos ou Leis, atenderam as exigências da Lei Federal nº 4.320/1964, conforme artigo 42 da Lei Federal 4.320/1964, “Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo”.

A Lei Orçamentária 2018, do Município de Coronel Freitas, SC, previu autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme art. 7º da Lei Federal 4.320/1964, “Art. 7° A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para: I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43; (...)”.

Conforme artigo 6º da Lei Municipal 2.222, de 12 de dezembro de 2017, Lei Orçamentária 2018 do Município de Coronel Freitas:

Art. 5°. O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7° da Lei Federal n° 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, observado o disposto no art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - abrir créditos suplementares à conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei;

II - abrir créditos suplementares à conta dos recursos consignados sob a denominação de Reserva de Contingência, observado o disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

2

Durante o exercício de 2018, a abertura de créditos adicionais e remanejamentos somaram o montante de R$ 15.777.369,16, pode assim ser apresentada:

Por tipo de Credito Adicional:

- ⇨ Suplementar: R$ 15.479.160,12
- ⇨ Especial: R$ 298.209,04

Pela origem do recurso do Credito Adicional:

- ⇨ Superavit Financeiro: R$ 7.300.474,40
- ⇨ Excesso de Arrecadação: R$ 5.248.616,02
- ⇨ Dotação Transferida: R$ 350.000,00
- ⇨ Anulação de Dotação: R$ 2.878.278,74

1.5 – Análise da execução da despesa

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA
DESPESAS CORRENTES	**34.192.203,10**	**30.661.339,67**	**30.421.517,82**	**30.421.517,82**
Pessoal e encargos sociais	16.600.969,42	15.972.752,92	15.972.752,92	15.972.752,92
Juros e encargos da dívida	500,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	17.590.733,68	14.688.586,75	14.448.764,90	14.448.764,90
DESPESAS DE CAPITAL	**12.260.513,89**	**5.445.136,68**	**4.647.540,37**	**4.647.540,37**
Investimento	12.260,013,89	5.445.136,68	4.647.540,37	4.647.540,37
Amortização da dívida	500,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**46.502.716,99**	**36.106.476,35**	**35.069.058,19**	**35.069.058,19**

As despesas relativas a Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida, foram empenhadas, liquidadas e pagas no mesmo montante em cada categoria econômica, com saldo da despesa atualizada fixada suficiente, demonstrando ainda economia orçamentária.

A despesa com Outras Despesas Corrente, durante a execução, respeitando os estágios da despesa definidos pela Lei Federal 4.320/194, ficou com saldo a liquidar e saldo a pagar, tendo em vista o não recebimento/conferência dos serviços e produtos, e/ou a ordem cronológica de pagamento das referidas despesas.

As despesas com investimento também carregam saldo de despesas a liquidar e a pagar, tendo em vista os cronogramas físico/financeiro das obras em andamento.

Tanto as despesas com “Outras despesas correntes”,quanto “investimentos”, tiveram saldo orçamentário atualizado suficiente para cobertura das despesas do exercício.

A dotação orçamentária relativa a Reserva de Contingência não foi executada durante o exercício de 2018.

1.6 - Avaliação do estoque de restos a pagar processados e não processados

O Município inscreveu em 2018 um montante de R$ 541.130,40 em restos a pagar não processados a liquidar. Destes, R$ 33.232,81 foram cancelados no exercício e R$ 537.278,51 pagos.

O estoque de restos a pagar processados teve R$ 8.145,63 de inscrição em 2018, destes R$ 7.985,63 foram pagos e R$ 836,37 Resto a Pagar Processado, cancelado por se tratar de diferença à maior na integração com a Folha de Pessoal de Exercícios anteriores

2 - NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

As informações de suporte as Notas Explicativas estão detalhadas em itens anteriores deste relatório.

2.1 - Caixa e equivalente de caixa

Aplicações Financeiras

As disponibilidades financeiras do Município estão aplicadas em bancos oficiais. O registro contábil das aplicações financeiras ocorre em forma de receita de Remuneração de Depósitos Bancários na classificação econômica 4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00.

Fontes de Recurso.

A contas contábeis bancárias possuem natureza devedora, e na sua composição contas corrente do tipo fonte de recurso, de acordo com a codificação definida pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, classificando como recursos do exercício, superávit do exercício anterior e ainda a vinculação específica de cada origem dos recursos, como um determinado programa do FNDE, ou determinado bloco ou componente do SUS, bem como FUNDEB, recursos ordinários entre outros. Essa classificação facilita o controle dos recursos de acordo com sua origem.

Forma de arrecadação

O Município não recebe ou arrecada recursos financeiros da Unidade Administrativa, apenas via instituições bancárias.

2.2 - Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo

Créditos Tributários a Receber

O Município, no exercício de sua soberania, tem o poder de exigir tributos de seus cidadãos. É o chamado doutrinamento de poder de instituir e cobrar tributos. O Município atendendo as exigências das Normas Brasileiras de Contabilidade, reconhece por competência os créditos tributários a receber, instituídos pelo Código Tributário Municipal, com fato gerador já ocorrido.

Créditos de Transferências a Receber

No final do exercício de 2018, o Município possuía R$ 749.964,83 referente créditos a receber no curto prazo conforme demonstrativo a seguir:

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Página: 1/1

SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CORONEL FREITAS
Razão Analítico em Formato de Ficha - Período de 01/01/2018 até 31/12/2018

Data	Histórico	Valor
Conta:	40100 CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER - INTER OFSS - ESTADO	
31/12/17	SALDO ANTERIOR	969.089,22 +
27/06/18	Lançamento contábil 1032 ref Ajuste de valor recebido FUNDO SOCIAL janeiro a maio de 2018.	102.953,09 -
26/12/18	Lançamento contábil 2601 ref Ajuste de valor recebido FUNDO SOCIAL JUNHO A DEZEMBRO/2018..	116.171,30 -
	Total de Débitos:	0,00
	Total de Créditos:	219.124,39
	Saldo Atual:	749.964,83

Adiantamentos concedidos

No final do exercício de 2018, o Município possuía R$ 92.920,42 referente adiantamentos de férias.

Demais Créditos e Valores a curto prazo

O Município possui valores a receber referente convênios assinados, junto a entidades federais, no montante de R$ 12.725.975,93.

Despesas pagas antecipadamente

O Município mantém controle e registro das despesas pagas antecipadamente, geralmente despesas com seguros e assinaturas. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 43.102,43.

Dívida ativa – Ativo Realizável a Longo Prazo

A Dívida ativa está registrada a longo prazo. Divide-se em tributária e não tributária e tem registrado os direitos a receber de contribuintes inadimplentes, conforme dados recebidos dos setores, jurídico e tributário.

Perda da Dívida ativa

O Município registra a perda da dívida ativa atendendo as exigências do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7º edição:

> Os créditos inscritos em dívida ativa, embora gozem de prerrogativas jurídicas para sua cobrança, apresentam significativa probabilidade de não realização em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros. Assim, as perdas esperadas referentes à dívida ativa devem ser registradas por meio de uma conta redutora do ativo. A responsabilidade pelo cálculo e registro contábil do ajuste para perdas é do órgão ou entidade competente para a gestão da dívida ativa.

As perdas representam 17,87% do total de créditos. O cálculo da perda da dívida ativa foi realizado tomando por base, relatórios do departamento jurídico do município, responsável pelo controle das execuções fiscais.

2.3 - Investimentos RPPS

O município não possui investimos RPPS.

2.4 - Imobilizado

O patrimônio imobilizado do Município somou 74.406.396,46, já reduzido sua depreciação. Os bens móveis representam R$ 8.619.171,16 e os imóveis R$ 69.203.924,09.

O valor dos bens de uso comum do povo é de R$ 1.655.402,97 e estão somados junto aos imóveis. O reconhecimento dos bens de uso comum é realizado de forma gradativa, pela sua construção, sendo exemplos ruas, praças, estradas, pontes, sistema de esgoto e/ou abastecimento de água, iluminação pública, e ainda, outros bens de uso comum.

A depreciação traz o saldo acumulado de R$ 3.416.698,79. A depreciação do exercício somou R$ 804.404,30.

Durante o exercício de 2018 não foram realizadas alienação de bens. O município possui R$ 18.496.329,47 em obras em andamento.

O município mantém já a alguns exercícios o controle e é normatizado a vida útil, valor residual, percentual de depreciação dos bens. O controle é realizado pelo servidor responsável e dirigido pela comissão do patrimônio.

As contas patrimoniais mantém coerência com as contas contábeis conforme plano de contas definido pelo TCE/SC.

2.5 - Intangível

O município não possui bens intangíveis em 31 de dezembro de 2018.

2.6 - Fornecedores

Na conta "fornecedores" são registrados por meio de controle pelo mecanismo de contas correntes, todos os fornecedores e aquisições e contratações realizadas. A conta "fornecedores" é uma conta contábil do passivo e registra as obrigações do município para com esses. Algumas obrigações que não passaram por todos os estágios da despesa são transferidas/inscritas em restos a pagar e/ou fornecedores de exercícios anteriores.
Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta fornecedores foi de R$ 250,00.

2.7 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo, somaram R$ 1.294.048,87, no final do exercício de 2018. Destes, R$ 1.288.077,66 são férias reconhecidas por competência e R$ 5.971,21 encargos sociais. O reconhecimento de despesas por competência, é exigência das NBCASP, e necessária para a correta demonstração do patrimônio do Município.
O Município não possuía Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo em 31 de dezembro de 2018.

2.8 - Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo

O município possui provisões a Curto Prazo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R$ 546.144,47 tratam-se de demandas judiciais onde há incerteza de prazo e valores, mas cujo fato gerador, segundo entendimento do setor jurídico do Município, já ocorreu
O município não possui provisões a Longo Prazo em 31 de dezembro de 2018

2.9 - Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.

Estoques

O saldo de estoque ao final do exercício de 2018 soma R$ 310.503,89 referente medicamentos.

Obrigações Fiscais a curto prazo

Nesta conta contábil está registrado a obrigação do município junta a União relativa ao PASEP. O saldo em 31 de dezembro de 2018 refere-se à competência dezembro de 2018 com vencimento para janeiro de 2019.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido acumulado representa o valor de R$ 101.456.703,33 e refere-se aos resultados acumulados desde a criação do Município. O patrimônio líquido recebe valores no encerramento do exercício referente variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e as transferências financeiras concedidas e recebidas, envolvendo operações no nível de consolidação, INTER OFSS União, INTER OFSS Estado e INTER OFSS Município.

No grupo do patrimônio líquido, a conta Ajustes de Exercício Anteriores é utilizada apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro

imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

No exercício houve ajustes de exercícios anteriores na Entidade Prefeitura, no montante de R$ 794.369,51 conforme demonstrativo a seguir.

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Página: 1/1

SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CORONEL FREITAS
Razão Analítico em Formato de Ficha - Período de 01/01/2018 até 31/12/2018

Data	Histórico	Valor
Conta:	42209 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
31/12/18	Lançamento contábil 2860 ref RECONHECIMENTO DE PASSIVO RELATIVO A INSS COMPENSADO NA GFIP, CONFORME ORIENTAÇÕES DO COMUNICADO OFICIAL DA DMU/ TCE/SC EMITIDO EM 04/07/2018.	475.369,51 +
31/12/18	Lançamento contábil 2860 ref RECONHECIMENTO DE PASSIVO RELATIVO A INSS COMPENSADO NA GFIP, CONFORME ORIENTAÇÕES DO COMUNICADO OFICIAL DA DMU/ TCE/SC EMITIDO EM 04/07/2018.	319.000,00 +
	Total de Débitos:	794.369,51
	Total de Créditos:	0,00
	Saldo Atual:	794.369,51

3 - NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

3.1 - Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado

Não houve redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, no exercício de 2018.

3.2 - Baixas de investimento

Não houve baixa de investimentos, no exercício de 2018.

3.3 - Constituição ou reversão de provisões.

Não houve reversão de provisões em 2018.

3.4 - Demais variações

3.4.1 - Variações Aumentativas

Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria

Representam a variação aumentativa do patrimônio pela arrecadação de impostos, taxas ou contribuição de melhoria, e pelo reconhecimento de créditos a receber destes.

Exploração e Venda de Bens e Serviços

Refletem o esforço do Município em geral na prestação de serviços à comunidade com base em preço público estabelecido em lei municipal.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representam as entradas relativas a juros arrecadados, bem como os rendimentos de depósitos bancários de recursos públicos aplicados em Instituições financeiras.

Transferências e delegações recebidas

Podem ser intra ou inter orçamentárias, com origem no Município, Estado ou União. São as transferências recebidas no exercício, podem ser legais ou voluntárias.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Refletem as demais variações patrimoniais aumentativas não citadas acima, inclusive por redução das despesas com férias e décimo reconhecidas por competência.

3.4.2 - Variações Diminutivas

Pessoal e Encargos

Representam a redução do patrimônio do Município pela assunção da despesa com pessoal, que de acordo com cada área de atuação, produzirá bens ou serviços à comunidade, como a mão de obra de professores, engenheiro, motoristas, operadores de máquinas, enfermeiros, médicos, assistentes administrativos, agentes políticos entre outros.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Representam os benefícios como aposentadorias e reformas, pensões, benefícios eventuais como auxilio saúde, auxílio funeral e outros.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de capital fixo

Produtos adquiridos como, merenda escolar, material de limpeza, higiene, copa e cozinha, combustível, medicamentos entre outros produtos. Os serviços contratados pelo Município como seguros, assinaturas, transporte escolar, energia elétrica, coleta de lixo e outros. Neste grupo também está contabilizado as variações patrimoniais diminutivas com depreciação de bens móveis e imóveis.

Transferências e delegações concedidas

As transferências intra-governamentais são operações entre órgãos do mesmo Ente Federativo, como é o caso da Prefeitura com a Câmara de Vereadores, e, Fundo Municipal de Saúde, etc. As transferências intergovernamentais em geral representa os recursos que o Município transfere ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. O Município transfere recursos também a Consórcios Públicos em que o mesmo é consorciado por um interesse em comum. Poderão haver outros tipos de transferências, ambas podendo ser legais ou voluntárias.

Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos

A desvalorização e perda representam a baixa de bens do ativo patrimonial, representa o registro de desincorporação de ativos permanentes e pelo registro do ajuste da perda da dívida ativa.

A incorporação de passivos representa o reconhecimento de um passivo, sendo independente de execução orçamentária. Não houve incorporação de passivos no Município em 2018.

Tributárias

Representam variações diminutivas com taxas pela prestação de serviço.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Refletem as demais variações patrimoniais diminutivas não citadas acima, no caso do Município, em 2018 registrou variações diminutivas com premiações, provisões de processos judiciais, bem como despesas com indenizações e restituições.

4 - NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

4.1 - Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

Não houve receitas e despesas intra-orçamentária, apenas transferências intra-orçamentárias:

Entidade concedente	Entidade recebedora	Valor	Finalidade	Ato Legal
Prefeitura	**Fundo Municipal de Saúde**	5.627.750,49	Manutenção de todas as atividades do Fundo Municipal de Saúde	Lei Municipal 2222 de 12 de dezembro de 2017, Lei Orçamentária 2018 do Município de Coronel Freitas
Prefeitura	**Câmara**	1.155.000,00	Manutenção de todas as atividades do Poder Legislativo Municipal	Lei Municipal 2222 de 12 de dezembro de 2017, Lei Orçamentária 2018 do Município de Coronel Freitas
Câmara	**Prefeitura**	96.267,14	Devolução dos recursos não utilizados referente duodécimo do exercício	Lei Municipal 2222 de 12 de dezembro de 2017, Lei Orçamentária 2018 do Município de Coronel Freitas

4.2 - Retenções tributárias

O Município adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

4.3 - Restos a pagar processados e não processados

Restos a pagar	2018
Recebimentos Extraorçamentários	
Inscrição de restos a pagar não processados	1.037.418,16
Inscrição de restos a pagar processados	0,00
Pagamentos Extraorçamentários	
Restos a pagar não processados pagos	537.278,51
Restos a pagar processados pagos	7.895,63

5 - NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Tipo de Fluxo	2017	2018	Variação
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	1.959.153,81	927.254,49	-1.031.899,62
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-6.168.405,48	-4.940.271,93	1.228.133,55
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	4.560.399,48	3.012.403,53	-1.547.995,95

Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais compreende os ingressos e os desembolsos relacionados com a ação pública, sendo que no exercício de 2018 apresentou o montante positivo de R$ 927.254,49, tendo variação de -52,67% relativo ao exercício de 2017, representando o montante de R$ -1.031.899,62, mesmo diminuindo em relação a 2017, o município demonstrou que o resultado líquido financeiro (ingressos – desembolsos) foi positivo, aumentando a capacidade de pagamento da entidade.

Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos. O Valor em 2018 foi de R$ -4.940.271,93, o que representa redução do capital circulante líquido do município neste período. Não houve ingressos de investimento (receita de alienação de bens e amortização de empréstimos) em 2017 e 2018. O desembolso para investimentos (aquisição de ativos não circulantes e outros desembolsos) reduziu de R$ 6.168.405,48 em 2017 para R$ 4.940.271,93em 2018.

Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento Inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos. O Município recebeu R$ 3.012.403,53em transferências de capital em 2018 e não houveram desembolsos. Já em 2017 o ingresso de transferências financeiras foi de R$ 4.560.399,48, enquanto os desembolsos foram de R$ 34.146,15.

Retenções

O Município adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

6 - NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.

A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

6.1 - Capital/Patrimônio Social

O patrimônio social e capital social representam R$ 395.674,68 em 31 de dezembro de 2018.

6.2 - Resultados Acumulados

O resultado do exercício pode ser assim demonstrado:

Variações Patrimoniais Diminutivas	-47.078.981,76
Variações Patrimoniais Aumentativas	51.062.928,17
Total	3.983.946,41

Patrimônio Líquido Inicial	**98.267.126,43**
Resultado do Exercício	3.983.946,41
Patrimônio Líquido Final	-794.369,51
Total	101.456.703,33

O Município em 2018 demonstrou alteração do Patrimônio Líquido positiva (credora), passando de R$ 98.267.126,43 em2017, para R$ 101.456.703,33 em 2018. Essa alteração

refere-se a R$ 3.983.946,41, pertinente resultado do exercício de 2018 e R$ -794.369,51 de ajustes de exercícios anteriores.

6.3 - Ajustes dos exercícios anteriores
Não houve Ajustes de Exercícios anteriores.

6.4 - Ajustes de avaliação patrimonial
Não houve Ajustes de Avaliação Patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas atendendo a Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1.964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme exigências do Tribunal de Contas de Santa Catarina, TCE/SC.

CORONEL FREITAS, SC, 28 de fevereiro de 2019.

Edson Luis Regoso	Izeu Jonas Tozetto
CONTABILIDADE	**PREFEITO**
CRC/SC 026211	